



Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz

Ata n.º 4/2023

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia, no Salão do Clube Recreativo dos Cotovios, pelas vinte horas e dez minutos, em Sessão Ordinária e na presença dos treze membros que a compõem, com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Reservado à Intervenção do Público (20.00 H)

Período antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos:

Ponto 01 – Ata da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de dia 29 de Junho de 2023 - Aprovação

Ponto 02 – Informação Escrita do Presidente - Conhecimento

Ponto 03 – 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023 - Aprovação

Ponto 04 – 2ª Alteração Modificativa ao PPI – Plano Plurianual de Investimento - Aprovação

Ponto 05 – Protocolo com a Autoridade Tributária (AT) – Aprovação

Ponto 06 – Protocolo de Instalação e Funcionamento de Espaço Cidadão – Aprovação

Ponto 07 – Regulamento de Trânsito de Terraços da Encosta e Bairro de São João – Aprovação

Ponto 08 – Alteração ao Regulamento de Trânsito na Rua França Borges, em Alhandra – Aprovação

Ponto 09 – Alteração ao Regulamento de Trânsito em Trancoso – Aprovação

Ponto 10 – Espaços de Estacionamento frente ao Centro de Saúde de Alhandra – Aprovação

Ponto 11 – Criação do Fórum Jovem da Freguesia – Aprovação

Ponto 12 – Alteração ao Regimento – Aprovação

Ponto 13 – Moções/Saudações/Recomendações/Propostas

O Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** abriu a sessão cumprimentando e agradecendo ao Senhor Presidente do Clube Recreativo dos Cotovios, Flávio Brás, ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz e demais Executivo, aos Senhores Eleitos Autárquicos, aos senhores trabalhadores da Junta de Freguesia, às Forças de Segurança presentes, ao Movimento Associativo e Empresarial, ao público presente e aos que seguiam nas redes sociais.-----

Período Reservado à Intervenção do Público

O senhor **Amílcar Lopes**, da Calhandriz, iniciou a sua intervenção por fazer menção à falta de Internet na Calhandriz. Em seguida, colocou a questão relativamente ao assunto do encontro do Associativismo. E, no final, informou que, no dia 11 de Novembro, o Grupo Desportivo e Recreativo e Cultural de Calhandriz, a Comissão de Eventos e a Comissão de Reformados, em conjunto, iriam organizar o Magusto de São Martinho e, nesse contexto, efetuou o convite a todos os eleitos da Assembleia de Freguesia para participarem, assim como todos os elementos do Executivo e todos os trabalhadores da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz.-----

O senhor **Flávio Ribeiro**, de Alhandra, começou por fazer um pequeno resumo da sua relação com Alhandra, como jovem empresário, tendo iniciado a sua atividade, aquando da aquisição da Drogaria Rocha, e da sua ascensão, ao adquirir uma segunda drogaria, referindo a importância de Alhandra em ter sido a terra que o acolhera, e que tinha visto o desenvolvimento ao longo dos dez anos que ali estava. Relativamente ao assunto que iria referir, Aproveitamento,

questionou o Executivo sobre o motivo pelo qual, durante o espaço de tempo que estavam em Alhandra, em que tinham colaborado com outras entidades públicas do exterior, com a Junta de Freguesia de Alhandra, só tinha tido essa oportunidade no corrente ano. Solicitou esclarecimento sobre de que forma é que a Junta de Freguesia podia ajudar a contribuir para o crescimento profissional da sua empresa e ambos contribuírem para o sucesso da freguesia e que seria do interesse de todos.-----

O senhor **Mário Correia**, de São João dos Montes, abordou o tema sobre a ferrovia e salientou a gravidade da questão para Alhandra. Frisou as manifestações levadas a cabo pela população, em protesto ao alargamento de duas para quatro vias, e todo o transtorno que iria provocar no concelho, nomeadamente, Alhandra e Vila Franca de Xira. Referiu que as forças políticas continuavam a frisar o argumento de que não sabiam tudo, mas que a verdade era que sabiam o que tinha sido apresentado em Vila Franca de Xira e que, apesar disso, não se manifestavam, não se colocavam ao lado da população. Quando esta se manifestara, não tinham estado presentes na manifestação e nem tinham apoiado a nível de recursos, que tinham sido necessários, tais como a eletricidade. Frisou ainda que a população não tinha elegido alguém que não a defendia, e que a posição era bem clara, se não estavam a defender os interesses das pessoas, só tinham como solução ir embora, uma vez que não estavam preocupados com o facto de Alhandra perder o acesso ao comboio.-----

O senhor **Rui Macieira**, de Alhandra, começou por se referir à situação da queda de um poste no Mercado de Levante e que, ao ser removido, tinha sido colocado a um canto e continuava lá. Também referiu que tinham estado sem multibanco durante seis semanas. Salientou ainda a situação, principalmente pelas telecomunicações, e a EPAL, que iam efetuar obras junto ao Mercado de Levante, abriam buracos, tiravam terra e ficava tudo nesse estado, não havendo a preocupação de arrumar e limpar. Referiu os postes de eletricidade, que tinham caído há uns anos, no Mercado de Levante, tinham sido substituídos mas ainda se encontravam lá. Referiu ainda a situação do SMAS, que abria um buraco, reparava a rutura e deixava as pedras a um canto. Depois vinha outra empresa e fazia a mesma coisa, nunca se acabava uma obra em condições e quem removia o entulho, devia ter a responsabilidade de colocar tudo como estava. Se reparavam a rutura, se reparavam o gaz, também tinham que fazer o restante. Em seguida, referiu outra situação, relativamente a Alhandra e São João dos Montes, excluindo a Calhandriz, porque no seu entender, era a que estava mais bem organizada. Em contrapartida, em São João dos Montes e Alhandra, tal não acontecia. Salientou a zona do Castelo, em Alhandra, onde havia muito que se fazer, para dar mais alegria, até para cativar mais as crianças, porque se tivessem um aspeto bom na zona, gostavam mais de lá estar e questionou porque não se pintavam os muros. Concluiu, dizendo que gostava que melhorassem a sua freguesia e que lhe custava ver a degradação da mesma.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e via *online*. Deixou uma saudação especial ao senhor Presidente do Clube, Flávio

Brás e às Forças de Segurança. Relativamente à questão colocada pelo senhor **Amílcar Lopes**, sobre a internet, esclareceu que tinham sido feitos todos os esforços no sentido de conseguir fazer com que a fibra chegasse à freguesia da Calhandriz, o que estava difícil, principalmente às ruas onde existia o maior núcleo de pessoas. Acrescentou ainda que as operadoras argumentavam que não justificava o investimento e, quando as operadoras ou o capital pensavam assim, no seu entender, “estava tudo dito”. Referiu que a Junta de Freguesia tinha feito, através da Câmara Municipal, que era um cliente de peso, alguma pressão. Esclareceu ainda que o Senhor Presidente da Câmara, numa Reunião de Câmara, tinha informado que a situação estava encaminhada, mas que não tinha mais informações sobre o assunto. Relativamente ao encontro do associativismo, esclareceu que o senhor secretário, **Joel Balsinha**, estava a agilizar a situação para que ainda fosse realizado, até ao final do ano e tinha em crer que se iria realizar dentro dos moldes que tinham sido discutidos, para que se pudessem conhecer e tirar ideias e depois perceber o que podia sair desse encontro. Acrescentou ainda que o Executivo aceitaria com todo o gosto, o convite para o Magusto. Relativamente à intervenção do senhor **Flávio Ribeiro**, referiu que era com agrado que constatava o facto de haver quem quisesse investir na freguesia e que até tinha tido a coragem de alargar o negócio e que estava convencido que, em momentos pontuais, tinham feito compras no estabelecimento existente. Havia a possibilidade de não ser com a dimensão desejada, mas também não havia uma necessidade tão grande. No entanto, iria tentar perceber o que se poderia adquirir naquele estabelecimento e não noutros. Frisou que era apologia da Junta de Freguesia fazer todos os serviços no espaço da União de Freguesias. Concluiu, desejando sorte para manter o negócio. Em seguida, referiu que a intervenção do senhor **Mário Correia** era meramente política, e acrescentou que ninguém se andava a “esconder” e que se vivia em democracia e que, em democracia, havia a possibilidade de estar de um lado ou de estar do outro ou de não estar em lado nenhum. Frisou que ninguém sabia ainda qual era a opinião do Executivo em relação à questão da ferrovia. Acrescentou ainda que não aceitava ser acusado de não defender a população, assim como não aceitava que lhe sugerissem o pedido de demissão. Salientou que, no seu entender, o movimento que tinha havido contra a ferrovia, não tinha tido assim tanta afluência, tendo em conta o número de habitantes, tanto em Alhandra como em Vila Franca de Xira, uma vez que se estava a falar de duas freguesias. Acrescentou que não estava a tirar a justeza da reivindicação do encontro. No que dizia respeito ao apoio por parte da Junta de Freguesia, esclareceu que ninguém o tinha solicitado e ninguém tinha convidado o Executivo para estar presente. Acrescentou que estavam a falar de quatro freguesias e que, pelas imagens, concluíra que eram mais pessoas de Vila Franca de Xira mas respeitava-se porque se vivia em democracia, mas que não exigissem a demissão do Executivo, nem afirmassem que o mesmo se estava a “esconder”. Referiu que, a seu tempo, iriam dizer qual era a posição em relação à questão da ferrovia. Seguidamente, respondeu à questão colocada pelo senhor **Rui Macieira**, relativamente à prestação de serviços e esclareceu ser competência da Câmara Municipal, frisando que as competências estavam cada vez mais dispare e deu um exemplo concreto de uma situação que tinha acontecido em Alhandra, depois de ter sido colocado um pavimento novo. A e-Redes tinha feito uma intervenção e tinha arrancado o pavimento todo e, quando abordados, relativamente ao assunto, tinham respondido

que eles é que mandavam e que não iam deixar as pessoas sem luz, porque a responsabilidade era deles. Concluiu, dizendo que cada setor de atividade tinha as suas competências e que ele, Presidente da Junta de Freguesia, não podia intervir nas competências que não eram dele. Relativamente aos muros, esclareceu que, no que se referia a propriedades da Junta de Freguesia, tinham sido intervencionadas, mas nas propriedades privadas, não podiam mexer. No que se referia ao Castelo, este era de pedra e a muralha não se pintava. No que se referia aos pombais, realmente era de opinião que deveria ser requalificado, mas estava fora da esfera da Junta de Freguesia. Referiu que já tinha sido debatido para que fosse requalificado, mas a verdade é que ainda não tinha sido ouvido. Comentou a observação feita, relativamente à Calhandriz e frisou que havia um bairrismo nos residentes daquela freguesia, muito vivo e que tratavam das suas propriedades, o que não acontecia em Alhandra. Referiu que a sociedade se estava a tornar tão egoísta que as pessoas não eram capazes de apanhar um papel do chão e ainda diziam “Os outros que apanhem, que são pagos para isso”. Saliu que, efetivamente, era notória a diferença de atitude em terras onde havia bairrismo e onde a população cuidava dos seus edifícios e das suas ruas.-----

Período antes da Ordem do Dia

O eleito **Alexandre Café**, do BE, iniciou a sua intervenção por saudar a população que tinha participado, contra o projeto da IP, em Alhandra e em Vila Franca de Xira, salientando a ausência do Executivo, e referindo o desconhecimento de qual a posição do mesmo relativamente ao assunto. Referiu ainda que o BE não estava contra o projeto de Alta Velocidade da Ferrovia, estavam sim, contra o projeto que tinha sido apresentado pela IP para Alhandra, que implicava uma destruição bastante grande da vila e que estavam do lado da população, frisando que eram eleitos também para proteger a população e defender a terra e era essa a sua posição. Em seguida, questionou sobre se havia algum compromisso ou alguma posição conjunta com a Câmara Municipal, relativamente a esse assunto. Seguidamente, referiu-se à questão de falta de médicos no Centro de Saúde e questionou se havia perspetivas de voltar a haver médicos em Alhandra. Referiu ainda ter conhecimento que tinha havido transferência de competências para a Câmara Municipal, mas que isso não implicava o pessoal clínico e frisou que saúde não era só o edifício, era muito mais do que isso. Acrescentou ainda que aquele modelo de Centro de Saúde, como estava, sem acessos a cuidados, além de deixar a população sem médicos, também era irracional, porque iria sobrecarregar o hospital com situações que não deveriam ser casos hospitalares, mas de centro de saúde. Seguidamente, referiu uma situação que já tinha sido colocada anteriormente, relacionada com o muro que estava em mau estado, no Castelo, na parte da encosta e alertou para a sua reparação. Em seguida, referiu a degradação do ringue da Chabital, e também relativamente ao estacionamento do Mercado de Levante, nos dias de mercado, assim como relativamente à limpeza, salientando que já tinha sido apresentada uma Moção em Assembleia, por causa da limpeza.-----

O eleito **Mário Costa**, do CDS, iniciou a sua intervenção, referindo as Jornadas Mundiais da Juventude, e dando público reconhecimento aos vários intervenientes das freguesias, destacando o Comité Organizador da Paróquia e os voluntários e voluntárias, Forças de Segurança e Proteção Civil e Bombeiros, que tinham contribuído para o sucesso das Jornadas Mundiais da Juventude, com o seu trabalho. Em seguida, saudou toda a comunidade escolar e desejou um bom ano letivo. Que tivessem esse ano todas as aprendizagens programadas para não sofrerem com o embate entre as reivindicações, merecidas, dos professores e a intransigência do Governo. Em seguida, questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre a abertura do ano escolar. Se os horários estavam todos preenchidos, se havia falta de professores, ou de assistentes técnicos ou operacionais. Seguidamente, felicitou a iniciativa da Junta de Freguesia para avançar com a petição pública para colocação de médicos no Centro de Saúde de Alhandra e acrescentou que podiam também colocar, na Praça 7 de Março, ou em outro lugar, um relógio contador a lembrar a todos há quantos dias não havia médicos de família no Centro de Saúde de Alhandra. Seguidamente, referiu o comércio local, salientado que Vila Franca de Xira, tinha previsto um investimento de mais de um milhão e cem mil euros, para a criação do Bairro Comercial Digital, através do PRR e Alverca também estava incluída; um investimento destinado para que as pessoas chegassem à economia e serviço de proximidade em quinze minutos; não havendo, no entanto, nada para o comércio local na União de Freguesias, e lançou o desafio ao Executivo de promover um encontro com a economia de proximidade, para que, numa visão prospetiva fossem encontradas alternativas que promovessem e apoiassem o desenvolvimento da mesma, designadamente em 2025, quando todo esse comércio iria ter um problema com a entrada do euro digital, a nível de equipamentos. Em seguida, congratulou o atleta alhandrense João Coelho que, em representação de Portugal, no passado dia 3 de agosto, tinha conquistado a medalha de ouro nos 400 metros, no atletismo, nos Jogos Mundiais Universitários, que se tinham realizado na China e congratulou também os arqueiros da Sociedade Euterpe Alhandrense, que tinham sido campeões nacionais no mês de julho. Ainda congratulou a equipa de triatlo do Alhandra Sporting Clube, na disciplina do duatlo, que tinham sido campeãs nacionais naquela modalidade. Congratulou todos os atletas, técnicos, treinadores, e dirigentes e a massa associativa.-----

Seguidamente, tomou a palavra o eleito **Osvaldo Pires**, da CNG, esclarecendo que a postura da CNG era a de tomar iniciativas em conjunto, uma vez que tinham sido eleitos pela população, era para ela que tinham que trabalhar, independentemente das diferenças. Acrescentou ainda que, se o objetivo fosse seguido, se conseguiria fazer algo de bom, e deixar a terra, que era a deles, um pouco melhor do que a tinham encontrado. E era nessa premissa, de fazer as coisas em conjunto, de dar boas ideias e dar um passo em frente, que colocava algumas questões ao Executivo. Começou por questionar, relativamente às inúmeras moções e propostas, que tinham sido aprovadas em Assembleia de Freguesia, e que tinha conhecimento que as mesmas tinham chegado a quem de direito, mas não tinha conhecimento das respostas obtidas. Disponibilizou o auxílio da Assembleia de Freguesia, caso fosse necessário, para a obtenção de respostas. Em seguida, referiu a questão das valetas, na Estrada Nacional 248-3, dos dois lados, principalmente junto à entrada da Harpa, que não era limpa há mais de cinco anos. Salientou

que tinha conhecimento que não era uma responsabilidade da Junta de Freguesia, era uma responsabilidade camarária, mas a obrigação, como freguesia, era pressionar, porque sempre que havia uma chuvada, aquele troço era uma “cortina de água”. Seguidamente, referiu a questão das ilhas ecológicas e que a população se manifestava pela não existência de ilhas suficientes, assim como também pela falta de contentores. Em seguida, referiu o projeto habitacional na Quinta dos Carvalhos, relativamente às saídas de trânsito, uma vez que sabia que somente tinham em mente três saídas, uma saída para a Estrada Nacional 248-3, uma para a Praceta da infância e outra para o caminho a norte. No entanto, não tinham mais nenhuma informação sobre esse projeto e gostariam de saber se havia mais algum desenvolvimento.-----

Em seguida, o eleito **Rodolfo Correia**, da CDU, colocou a questão sobre as tampas de esgoto que desapareciam ou estavam viradas ao contrário e também sobre a falta de sumidouros, na Avenida da Bela Vista. Solicitou ao Executivo que tomasse as diligências necessárias para que não houvesse tanto perigo para quem circulava naquela avenida, uma vez que esta estava em tão más condições. Em seguida, questionou sobre os transportes públicos, referindo que, na última Assembleia de Freguesia, já tinha sido colocado um conjunto de situações que era necessário melhorar. No entanto, assinalava-se uma melhoria significativa na oferta, tendo passado a haver, na freguesia, mais autocarros a servir Cotovios, Suberra, Á-dos-loucos, e, inclusive, passando pela frente da Chabital e da Quinta da Cruz de Pau. Dezanove autocarros nos dois sentidos, portanto, no sentido do Bogalhão para Vila Franca de Xira e de Vila Franca de Xira para o Bogalhão, pelo menos um autocarro por hora. Efetivamente era uma grande melhoria, mas havia um problema de fundo, que era que a maior parte das paragens ainda tinham o horário antigo. Para consultar o novo horário tinha que se aceder à plataforma e havia quem não soubesse consultar essa ferramenta. Deixou um apelo à Junta de Freguesia, que tivesse um papel de apoio na divulgação daquela nova oferta, porque muitas vezes os autocarros andavam vazios porque não se sabia que os mesmos já iam dentro da vila, e quem saia do comboio já podia apanhar o autocarro ao pé da estação e muitas pessoas ainda não sabiam disso e continuavam a atravessar a estrada, sem necessidade. Concluiu que era necessário uma divulgação intensa daquela situação, porque era uma oferta significativa que servia os vários locais da freguesia, exceto Trancoso e Calhandriz, que continuavam esquecidos.-----

Seguidamente, o eleito **Carlos Prazeres**, da CDU, referiu a situação, na avenida Salvador Marques, em frente à agência funerária, onde estava um buraco enorme e onde já tinha sido colocada terra, mas, entretanto, com o tempo, já tinha abatido e a situação continuava perigosa para a circulação e, tendo em conta o que se aproximava, iria continuar a degradar-se. Seguidamente colocou a questão dos bancos, na Quinta da Cruz de Pau, a caminho da Chabital. Já tinham recebido uma resposta da Junta de Freguesia, que iria olhar para aquela situação, mas, até ao momento ainda não havia nada de concreto. Em seguida, colocou a questão da paragem do autocarro na Azinhaga dos Moinhos, que também continuava igual, e que já tinha sido abordado em outras Assembleias.-----

Em seguida, a eleita **Cláudia Martins**, da CDU, iniciou a sua intervenção saudando o movimento em defesa de Alhandra e de Vila Franca de Xira, pelas iniciativas que tinham marcado o dia 23, de manhã, na Praça 7 de Março e, à tarde, em Vila Franca de Xira. Saudou também todos os alhandrenses que tinham estado presentes, que não tinham sido assim tão poucos. Frisou que deveriam ter estado presentes cerca de duas centenas de pessoas, sendo que estavam pessoas de Vila Franca de Xira mas, em sua grande maioria, estava a população de Alhandra, de vários quadrantes políticos, pessoas sem qualquer atividade partidária e, no seu entender, tinha bastado que uma pessoa da população estivesse estado presente, para se perceber de facto o descontentamento geral. Havia a necessidade de se encontrar alternativas ao atual projeto de quadruplicação, que não tivesse aquele impacto destrutivo. Em seguida, referiu-se à questão da saúde e, finalmente, tinham visto a Junta de Freguesia tomar uma posição junto da população, com o abaixo-assinado. Lamentou que viesse com um ano de atraso, uma vez que a bancada da CDU tinha alertado para a situação, em Assembleia de Freguesia, há um ano atrás. Congratulou o facto de haver um abaixo-assinado, e a população ter aderido e questionou se existia alguma alteração, que medidas a Junta de Freguesia iria ter junto da Câmara Municipal e junto do Governo, para além do abaixo-assinado. Seguidamente, deixou uma saudação ao centenário do alhandrense Júlio Graça, escritor neorrealista, que tinha feito, em 2023, cem anos de nascimento. Salientou que Alhandra tinha tido uma referencia essencial na vida e na carreira de Júlio Graça, que também tinha sido um grande dinamizador cultural, que tinha estado desde sempre muito ligado às coletividades de cultura e recreio de Alhandra tendo sido o fundador da Secção de Vela do Alhandra Sporting Clube e do Museu de Alhandra, Casa do Doutor Sousa Martins, em que o seu contributo tinha sido fundamental para o funcionamento e para o prestígio daquele museu. Para além disso, tinha estado também ligado ao Museu do Neorrealismo de Vila Franca de Xira, do qual só se tinha afastado, por doença, no ano 2002. Portanto, os eleitos da CDU deixavam a sua homenagem, no ano do seu centenário.-

Seguidamente, o eleito **Mário Costa**, interveio para fazer uma referência, ao que tinha sido dito pelo eleito da CDU, relativamente aos transportes, e que a alteração significativa que tinha havido, tinha sido consequência das reduções de linhas na Póvoa de Santa Iria e, com isso, tinham trazido equipamentos para a freguesia e tinham melhorado o serviço, Havia, contudo, uma situação que não se podia ignorar, que era a exclusão aos fins-de-semana, portanto as pessoas residentes em vários locais da União de Freguesias estavam excluídas do acesso à mobilidade, ao fim de semana, exclusão essa que se estendia no acesso à cultura, ao desporto organizado ou mesmo para ir trabalhar.-----

Em seguida, o eleito **João Vendrell**, do PS, começou por referir que o facto de serem os últimos a intervir, fazia com que muito do que tinham para dizer, já tivesse sido mencionado. No entanto, frisou a referência especial, que já tinha sido mencionada pelo eleito do CDS, relativamente aos atletas da União de Freguesias, o que os deixava muito orgulhosos e que mostrava que a freguesia ainda estava viva e que tinha uma grande componente de jovens que usufruía de todos os clubes, associações, que permitiam que pudessem praticar um desporto. Em seguida, referiu-se, em relação à homenagem ao escritor Júlio Graça, pelo seu centenário, também

mencionada pela bancada da CDU, e que já tinha sido abordada na última Assembleia de Freguesia. Questionou o Executivo se já tinha sido constituída uma comissão e se existia viabilidade de se fazer a devida homenagem no centenário do escritor Júlio Graça. Seguidamente, referiu a questão do Teatro Salvador Marques, questionando se a Junta de Freguesia já tinha sido informada de alguma evolução sobre esse tema, uma vez que a bancada do PS tinha conhecimento das intenções da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e depois das declarações do Senhor Presidente, não tinham sabido mais nada sobre o assunto. Em seguida, colocou uma serie de questões, sobre a Escadaria Pedro Filipe Pinheiro, onde estava a correr água descontroladamente. Sabia que não era com a Junta de Freguesia, mas questionou se a mesma já tinha avisado a EPAL, porque era uma imagem horrível, tendo em conta que se andava a solicitar às pessoas que poupassem água e que estas tinham que se preocupar com o ambiente. Seria conveniente que situações daquelas fossem tratadas com a devida celeridade, porque era um desperdício e, tendo em conta a situação atual, não era admissível sequer. Seguidamente, referiu uma alteração que estava a ser efetuada numa vivenda, no cruzamento da Estrada de À-dos-Loucos com a Estrada da Encosta e questionou se a Junta de Freguesia já tinha informado a Câmara Municipal. Salientou que, para além de estarem a ocupar a valeta onde corriam as águas, ainda tinham chegado ao cúmulo, de avançar o muro, até tapar metade de uma tampa do SMAS. Solicitou que se obtivesse informação sobre a legalidade daquela obra, e se os serviços competentes de fiscalização tinham sido avisados. No caso de tal não ter acontecido, alertar quem de direito, para irem verificar o que se estava a passar. Em seguida, questionou também se já havia alguma da documentação que tinham solicitado aos serviços da Câmara Municipal, e que, se os mesmos ainda não tinham sido entregues, considerava tal atitude um ato de arrogância e desconsideração perante a Assembleia de Freguesia. Tendo em consideração que, até era uma resposta judicial, sobre um dos casos que tinha sido levantado, em Assembleia de Freguesia, o que o levava a considerar que o que tinha sido afirmado como incompetência dos serviços, continuava e, além da incompetência, também havia arrogância, porque já devia ter sido enviado. Reiterou que não iria largar aquele assunto enquanto não obtivesse uma resposta.-----

Seguidamente, o eleito **José Rodrigues**, do PS, iniciou a sua intervenção referindo que iria abordar dois assuntos, começando pela questão da duplicação da linha férrea, salientando que, desde a primeira hora, sempre tornara claro que era fundamental informar a população do que se estava a passar, promovendo inclusive o encontro, na Sociedade Euterpe Alhandrense, onde o projeto tinha sido apresentado e explicado à população. Portanto, gostaria de saber se, entretanto, existia algum desenvolvimento sobre aquela matéria e também tinham uma preocupação sobre o que tinha sido apresentado e, no seu entendimento, deveriam ser estudadas e esgotadas todas as possibilidades de minimizar a questão do impacto. Questionou o Executivo se existia alguma novidade sobre essa questão da duplicação da linha férrea em Alhandra. Em seguida, abordou o assunto relativo ao Sistema Nacional de Saúde e, naquele caso concreto, a falta de médicos na União de Freguesias. Era do conhecimento geral que o caso de Alhandra não era único, porque todos os dias se viam notícias de haver falta de médicos pelo país fora, mas cada um preocupava-se, em primeiro lugar, com aquilo que lhes

“batia à porta” e, naquele caso concreto, era um Centro de Saúde vazio e questionava-se, de que servia um Centro de Saúde sem médicos. Colocou a questão ao Executivo, se havia algum desenvolvimento, relativamente à falta de médicos e lembrou que a bancada do PS já tinha trazido aquela mesma questão a outras Assembleias, com o intuito de criar alguma pressão, a par do abaixo-assinado, promovido pela Junta de Freguesia, e até a hipótese de ser feita uma vigília e sugeriu que a Assembleia de Freguesia desenvolvesse aquela situação e, acreditava que todas as bancadas estariam de acordo e, em conjunto, seria mais uma forma de pressão.---

Terminadas as intervenções dos eleitos, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** passou a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia**.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** começou por esclarecer o eleito **Alexandre Café**, relativamente à posição do Executivo, que a seu tempo iriam ter que tomar uma posição, que seria pública, mas cada Junta de Freguesia, por si e a Câmara Municipal, por si mesma, sendo que quem já tivesse lido o Decreto-Lei, nem o parecer da Câmara Municipal era vinculativo, muito menos os pareceres da Junta de Freguesia. Frisou que já tinha dito publicamente, mais do que uma vez, que nunca aceitaria a opção B ou a opção do projeto José Sócrates, que cortaria a Calhandriz e o Badalinho e a parte de cima de Vila Franca de Xira, em detrimento de Alhandra. Esclareceu que aquela era a sua posição, uma vez que ele não era só Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, mas sim Presidente de um território todo e a desgraça seria maior se fosse essa opção, em vez da opção A. Acrescentou ainda que tinha plena consciência que na opção A iria haver muito espaço que iria ser roubado, em determinados pontos da Avenida, e essa questão tinha sido colocada à IP. Esclareceu que a IP não tinha respondido à Junta de Freguesia, mas tinham respondido à Câmara Municipal e os documentos estavam disponíveis na página da mesma. Nesses documentos estava o esclarecimento porque a Estação não ia para sul, para junto do campo do Alhandra Sporting Clube. E também estava descrito o que tinha vindo a ser debatido. Referiu que, a seu tempo, iria dar a opinião do Executivo, até meados dos primeiros meses do próximo ano, que era o prazo para estar decidido e ser discutido publicamente, numa Assembleia Municipal, onde iria ser votado e aprovado. Acrescentou ainda que, enquanto não soubessem concretamente quais seriam as alternativas, a Junta de Freguesia não iria tomar nenhuma posição. Referiu que a posição dele, enquanto Mário Cantiga, e não estava a falar pelo Executivo, era a de mediar e não a de contrariar. Relativamente à questão da saúde, esclareceu que tinham reunido com o novo Diretor, o Doutor Pedro Espanhol, mas que havia uma grande esperança, e era isso que o próprio Senhor Ministro tinha referido, que a situação tinha sido presente a Conselho de Ministros, na semana anterior, e que o projeto iria a Orçamento de Estado, e que as unidades familiares seriam distribuídas pelos hospitais e seria, eventualmente, a solução imediata para se conseguir médicos. Mais tarde, quando houvesse médicos, então seriam restabelecidos os médicos de família. Acrescentou que, quando tinha voltado a reunir, lhe tinha dito que era inadmissível que quinze mil utentes tivessem que se deslocar para a Póvoa e que tinha sugerido que fossem colocados dois ou três médicos, nem que fosse um único dia por semana, para a

população de Alhandra e outro dia para a Calhandriz, e um outro para São João dos Montes, concluindo que seria muito mais fácil deslocar três médicos do que deslocar quinze mil pessoas para a Póvoa, sem transportes públicos, com as dificuldades económicas, e tudo o que estava associado. Concluiu que tinha dito que aquela sugestão era baseada no que o Ministério da Saúde já tinha feito, aquando da questão da obstetrícia e, se resultava com a obstetrícia, porque não haveria de resultar também com outras questões de saúde, assim houvesse vontade política e vontade do Senhor Ministro e a esperança que tinha sido dada era que ainda não tinha “batido no fundo”, vendo da perspetiva de quem estava à frente da ARS, uma vez que, com a alteração do Orçamento, talvez se conseguisse ganhar condições para criar incentivos. Acrescentou que lhe tinha sido garantido que não tinha sido fechada a porta a esta ideia de haver médicos a ir a Alhandra em vez dos pacientes irem à Póvoa, mas que, até final do ano, seguramente, não viriam médicos. Em seguida, esclareceu, relativamente à questão do muro que estava a ceder, que já tinha feito chegar a situação a quem de direito. Acrescentou ainda que iam ter uma reunião de trabalho com o Departamento de Obras da Câmara Municipal e iriam voltar a colocar a questão. Em relação ao estacionamento do Mercado de Levante, não tinha conhecimento se iriam ter alguma solução. Relativamente ao ringue da Chabital, os equipamentos desportivos eram uma responsabilidade da Câmara Municipal. Havia um projeto para ir reabilitando e estava a ser feito, a nível de parques infantis, mas ringues ainda não. Em seguida, relativamente à questão colocada pelo eleito **Mário Costa**, sobre a abertura do novo ano letivo, esclareceu que a mensagem que tinha sido transmitida era que estava tudo na normalidade e que estava tudo a correr bem. Não tinha conhecimento que houvesse falta de professores ou que houvesse quaisquer questões extraordinárias subjacentes às instalações, nomeadamente da Escola Soeiro Pereira Gomes. Relativamente àquela escola, referiu que a senhora professora Isabel Estevinha, e bem, se tinha debatido pela sua requalificação e melhoria. Mencionou ainda a brilhante intervenção da professora Isabel Estevinha na inauguração da reabilitação da Escola das Meninas, EB2, em Alhandra. Relativamente à questão do contador, iam pensar se seria possível. No que se referia ao comércio local, concordou que era preocupante, mas que se percebia que, do ponto de vista político, o concelho tendia a inclinar-se para sul, Alverca, Póvoa e agora Vialonga, pelo franco crescimento que estava a ter, de casas e supermercados. Solicitou o apoio da Assembleia de Freguesia, para que fosse convocada uma reunião com os comerciantes e apelava para a Assembleia apoiar, com ideias. Seguidamente, referiu a questão colocada pelo eleito **Oswaldo Pires**, relativamente às valetas, e realçou a importância da questão e salientou que, sendo o Presidente da Assembleia de Freguesia e, tendo uma pessoa a assessorá-lo, que fazia chegar as Moções aos Órgãos para os quais elas eram dirigidas, se ele não tinha resposta, a Junta de Freguesia também não tinha, uma vez que quem estava a remeter as questões era a Assembleia de Freguesia e, se houvesse respostas, obviamente seriam a esta. O que poderia acontecer era serem enviadas com conhecimento para a Junta de Freguesia. Relativamente à questão das valetas, esclareceu que a manutenção da Estrada Nacional 10 e da Estrada Nacional 248-3 era uma competência da Câmara Municipal e a Estrada Nacional 10.6 era das Infraestruturas de Portugal. As dificuldades que tinham sido enunciadas, eram reportadas, mas era pouco mais que isso, porque enquanto os proprietários não sentissem a pressão da Justiça, que os obrigasse a limpar, ia ser assim. Em seguida referiu a questão colocada pelo eleito **Rodolfo Correia**, relacionada com a Avenida, esclarecendo que

iria ser colocada novamente, apesar de já o ter sido muitas vezes, mas as pessoas também iam despejar entulho na borda da estrada e depois alguém tinha que ir tirar esse entulho e era dinheiro público. Teria que ser a Câmara Municipal, porque a Junta de Freguesia não tinha meios nem recursos para o fazer, e se fosse a Câmara Municipal, ia ter que pagar para remover o lixo e para receber os depósitos, e isso só mostrava que faltava a supervisão da Polícia Municipal ou dos Fiscais da Câmara. Acrescentou ainda que as pessoas que estavam a fazer obras, partiam o que queriam e depois iam deixar o lixo ao lado do contentor e ninguém fazia nada e a Câmara Municipal não recolhia. Salientou ainda que já tinham levantadas aquelas questões internamente e até em Reuniões de Câmara e, no seu entender, tinha que haver disciplina, porque as ruas estavam imundas. Mesmo que fossem resíduos, havia uma pessoa que rasgava o saco para ver o que lá estava dentro e ficava o lixo todo espalhado e depois a Junta de Freguesia não limpava porque não era com ela, a Câmara Municipal não limpava porque não podia e as ruas estavam uma vergonha. Seguidamente congratulou a melhoria dos transportes públicos e na questão dos horários esclareceu que iria solicitar à Câmara Municipal, a colocação dos mesmos, nas paragens dos autocarros. Relativamente à questão do buraco, na Rua Salvador Marques, estava identificado e acrescentou que no dia em que tinham ido para o tapar, o cano tinha voltado a romper, junto à entrada do Hospital Civil e Misericórdia de Alhandra e tinham tido que intervir novamente, mas que iria voltar a pressionar para taparem o mesmo. Relativamente aos bancos e à paragem de autocarro, garantiu que iria haver, mas só no orçamento do ano seguinte. Em seguida, referiu-se à questão levantada pelo eleito **João Vendrell**, relativamente à obra na estrada, esclarecendo que a mesma tinha sido embargada, segundo tinha conhecimento, mas que a pessoa continuava a fazê-la. Salientou que iria voltar a pressionar no sentido de ser travada. No que se referia ao cano da água, as ervas estavam sempre maiores porque, apesar de serem cortadas, havendo ali aquela fuga de água, elas voltavam a crescer. Esclareceu que o que tinha sido informado pela EPAL, era que cortar saía muito mais caro e era muito mais prejudicial do que intervir para reparar. Relativamente à questão do Teatro Salvador Marques, esclareceu que o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha garantido que deferira o processo, no entanto referiu que iria ter que voltar a insistir. Em relação à homenagem ao escritor Júlio Graça, esclareceu que iria realizar-se, no mês de Dezembro, na Galeria de Alhandra.-----

A eleita, **Cláudia Martins**, voltou a intervir para salientar a questão do Centro de Saúde, dizendo compreender a necessidade de se conseguir arranjar uma solução, mas que a população necessitava de um médico de família sempre e não só uma vez por semana, porque ninguém escolhia o dia em que ia ficar doente. Inclusive, o direito a assistência médica era algo que estava na Constituição da República Portuguesa e que era para ser cumprido. O que realmente se estava a exigir eram os médicos a que a União de Freguesias tinha direito e não era por falta de médicos, havia falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde, porque o Governo não valorizava os seus profissionais de saúde e eles saíam para hospitais privados, onde iam ter melhores condições. Os hospitais também estavam com falta de médicos, e depois andavam de um lado para o outro e as pessoas é que ficavam prejudicadas. Relativamente à ferrovia, salientou que não eram determinados pontos da avenida, era a avenida inteira, de uma ponta à

outra, e ainda havia outra questão que não podia ser esquecida, era que não existiam outros estudos e esse era o grande problema, e o que estava a ser exigido eram outras alternativas. Em relação ao comércio local, existia uma Comissão da Assembleia de Freguesia que abordava as questões do comércio local e da economia que poderia ser chamada na questão do documento e ser ouvida e fazer um trabalho conjunto.-----

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu por terminado o Período antes da Ordem do dia e passou ao Período da Ordem do Dia.-----

Período da Ordem do Dia

Ponto 01 – Ata da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de 29 de junho de 2023 – Aprovação

O senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 1, Ata da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de 29 de junho de 2023**, cujo foi aprovado por unanimidade-----

Ponto 02 – Informação Escrita do Presidente - Conhecimento

O eleito **Carlos Prazeres**, colocou a questão sobre o ponto de situação das novas instalações da Loja de Cidadão da Junta de Freguesia. Quando é que iria estar em funcionamento e em que circunstâncias e se os trabalhadores eram da Junta de Freguesia, se ia haver uma deslocação de trabalhadores da mesma para este espaço, podendo colocar em causa outros serviços ou se ia haver uma atribuição de trabalhadores para estas funções, que iam estar na Loja do Cidadão. Relativamente à reunião que tinha havido com o senhor Vereador Arlindo Dias e ao acordo de execução do contrato interadministrativo, questionou sobre qual o teor e o resultado dessa reunião e também, em relação às contas das festas de São João, solicitou que fossem apresentadas as mesmas, tendo em conta que não constavam no documento e solicitou que o Executivo as fizesse chegar, assim que possível.-----

Em seguida, o eleito **José Rodrigues**, iniciou a sua intervenção por colocar a questão sobre o ponto de situação da abertura do Espaço Cidadão, solicitando mais algumas informações sobre esse processo. Em seguida solicitou uma informação mais pormenorizada sobre a reunião com a empresa PlenoEnergia, sobre a questão dos painéis solares, se havia algum desenvolvimento. Seguidamente deixou o seu apreço pela instalação da plataforma elevatória no museu, frisando que era algo que já estava previsto e que efetivamente já estava em funcionamento, o que era bom, a nível de acessibilidade, à Casa Museu Doutor Sousa Martins. Por último, solicitou informação mais pormenorizada sobre o ponto da reunião com os técnicos da Câmara

Municipal, sobre o Mercado de Levante, a documentação entregue depois da última Assembleia de Freguesia, solicitando mais algum desenvolvimento.-----

Seguidamente, o eleito **Mário Costa** colocou a questão relativamente à possibilidade de a casa de banho no Espaço Cidadão ser adaptado para as pessoas com mobilidade condicionada. Em seguida questionou se já tinham falado com os técnicos sobre a questão do Mercado de Levante. Seguidamente, solicitou esclarecimentos sobre a reunião com o senhor Vereador Arlindo Dias. Congratulou sobre a instalação da plataforma elevatória e que tinha sido de facto uma excelente obra e que servia também de elevador. Relativamente aos atestados e aos atendimentos, questionou se apareciam pessoas que só falassem inglês, e que pedissem os atestados em inglês. Por último, questionou sobre o grau de execução nos vários itens, na parte financeira.-----

Em seguida, o eleito **Alexandre Café** mencionou que o facto de falar em último, as questões que tinha, já tinham sido todas colocadas pelas outras bancadas. A questão do Espaço Cidadão, a questão da reunião com a empresa PlenoEnergia, congratulou pela instalação da plataforma elevatória do Museu e a questão da reunião com os técnicos da Câmara Municipal, em relação ao Mercado de Levante.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** começou por responder, relativamente ao novo espaço, esclarecendo que tinham dois problemas, um deles era a colocação da internet, justificando que não sabia os termos técnicos, mas a porta de entrada era MEO e a Vodafone não queria pagar a servidão à MEO e estavam num diferendo e tinham-lhes dito que podia demorar entre um a três meses, o que não era desejo da Junta de Freguesia. Segundo, não podiam abrir as instalações do espaço cidadão, sem a aprovação do protocolo com a AMA. Se a Assembleia de Freguesia aprovasse o protocolo com a AMA, tinha que ser efetuada uma obra que se prendia com a criação de uma casa de banho para pessoas com mobilidade reduzida, o que não existia. Existiam condições, era uma situação que não era muito difícil de fazer, já lá tinham estado técnicos a verificar, mas a obra não iria ser efetuada sem saber se o Protocolo seria aprovado e se iria avançar ou não. Acrescentou ainda que tinham recebido recentemente a proposta de Protocolo, por parte da AMA, o que queria dizer que o processo tinha pernas para andar e, se fosse aprovado, já poderiam fazer chegar o protocolo à AMA, porque a ideia era ficar subjacente no Orçamento que a Instituição tinha para gastar no corrente ano, com a formação. Relativamente à questão dos trabalhadores, esclareceu que, obviamente, seriam os mesmos trabalhadores da Junta de Freguesia. A Junta não iria contratar mais trabalhadores, uma vez que tinham acabado de admitir duas novas auxiliares administrativas, que iriam receber formação, e que aqueles serviços iriam ser complementares com os serviços da Junta de Freguesia e, por esse motivo, iriam concentrar todos os serviços da Junta naquele edifício. Acrescentou que aquele não era um contrato que viesse trazer dinheiro à Junta de Freguesia, mas viria trazer qualidade de serviço à população. Relativamente à reunião com o Senhor Vereador Arlindo Dias, referiu que, desde os autos de transferência das competências que eram

da Câmara Municipal, e que tinham sido delegadas na Junta de Freguesia, tinham passado a ser delegadas do Estado para as Juntas de Freguesia e o dinheiro era o mesmo. Uma vez que o custo de vida, tinha disparado, estava para mais de 15%, já para não falar dos combustíveis, da eletricidade, não havia orçamento que suportasse. O que os seis presidentes de Junta, estavam a fazer era pressionar a Câmara Municipal para rever os valores, porque nunca se conseguia revê-los com a Administração Central, tinha que ser sempre através da Câmara Municipal e depois essa verba era cativa das transferências que eram feitas para a Câmara, para serem reenviadas para as Juntas de Freguesia e era o que estava a ser feito. Um dos resultados dessas reuniões tinha sido o que tinha ido à Reunião de Câmara da passada semana, porque havia uma verba de 16 mil 666 euros para investimento, em equipamentos que fossem comprados para executar as tarefas que a Câmara delegava na Junta, as quais eram, andar de roçadoura, andar de trator, fazer os transportes das crianças. Mas não podiam comprar uma carrinha todos os anos, porque os 16 mil euros não chegavam e não precisavam de comprar roçadouras todos os anos. Salientou que, se no fim do ano, não fosse apresentada uma fatura no valor dos 16 mil euros, perdia-se esse valor no Orçamento e tinha sido referido que tal não podia acontecer. Se o dinheiro não fosse entregue, então é que não se podiam fazer aquisições. A solução encontrada tinha sido passar aquele dinheiro para uma espécie de conta corrente, nas tarefas gastas, onde já podia ser colocado o que seria considerado também investimento, que era a manutenção dos equipamentos que se desgastavam na execução das tarefas da Câmara Municipal. Mas só era considerada a compra de equipamentos novos. Relativamente às contas das festas, esclareceu que já tinham sido enviadas em Abril, mas que poderiam enviar novamente. Em seguida, referiu a reunião com os técnicos do Mercado de Levante, e que teriam que voltar, para definir o que era a área de vendas, e qual era a área de parques de estacionamento. Seguidamente referiu a questão dos atestados, confirmando que efetivamente havia muitas pessoas do Bangladesh, a pedir atestados de residência. Era uma realidade que nem todos os funcionários sabiam falar inglês, mas que tinham conseguido fazer face às situações. A questão dos painéis solares, e a questão do Relatório de Contas, iria ser esclarecida pelo senhor Tesoureiro.-----

Seguidamente, o senhor Tesoureiro, **Nuno Silva**, começou por esclarecer, relativamente à questão dos painéis solares, que tinha pressionado e, felizmente, tinha conseguido ter uma reunião no dia anterior, uma vez que tinham a Assembleia de Freguesia e, era de facto importante, poder ter mais algum aporte, pelo menos perceber porque, efetivamente, a situação tinha começado a encaminhar-se, e tinham encontrado a PlenoEnergia. Esclareceu que já tinha havido contatos anteriores com o município e já tinha começado a ser desenvolvido algum trabalho. Acrescentou que, em termos da Junta de Freguesia, dividia-se em vários pontos, o que era uma questão de despesa corrente, em termos de poupança, e aquilo que era o consumo de energia, ainda antes de se chegar aos painéis fotovoltaicos e tinha sido encontrada uma solução que iria permitir uma poupança, comparado com o que tinham tido, e já não era a EDP. Esclareceu que estavam com a SU, que era mais económica e iriam ter uma poupança de mais 20%. Posteriormente, com os painéis fotovoltaicos, a União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz iria passar a produzir energia limpa, diminuindo assim a sua

pegada ambiental, em todos os edifícios da Junta, e não só das delegações da União de Freguesias, mas também de outros edifícios que a Junta de Freguesia pagava, como as casas mortuárias e estaleiros. Portanto, tudo o que consumia, pago pela Junta de Freguesia, iria passar a beneficiar dos painéis fotovoltaicos. Acrescentou que iria ser criado algo que estava previsto na Legislação e que iria levar ainda um período de seis meses ou um ano, porque requeria todo um conjunto de procedimentos que teriam que ser necessariamente tomados, algo designado como uma comunidade de energia que, no fundo, a Junta seria produtor e consumidor de energia, em simultâneo. Portanto a energia que fosse passada a produzir seria energia solar, o que iria diminuir drasticamente o consumo de energia de rede, basicamente, com isso, iriam conseguir baixar uma vez mais o consumo, estimando-se que, numa primeira fase, se tivesse uma redução de 20% daquilo que era a atual conta de eletricidade, e depois mais 20% porque, necessariamente, se iria continuar a pagar. Acrescentou que aquela situação era do interesse, não só da Junta de Freguesia, mas também, por exemplo, do Clube dos Cotovios, da Sociedade Euterpe Alhandrense, do Clube da Calhandriz, das Coletividades e seria, partindo dessa logica, da comunidade energética, que se pudesse fazer essa ponte e agilizar esse contacto, que já estava feito, para as Coletividades da União de Freguesias. Aproveitando o excedente produzido por essa comunidade de energia a ser criada, através, por exemplo, na Calhandriz, fosse criada uma outra comunidade de energia e pudessem beneficiar de serem produtores de energia e simultaneamente consumidores. A União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz seria a primeira a fazê-lo no país, porque ainda não existia, pelo menos com a PlenoEnergia e esta estava muito avançada naquele tipo de projetos e, no seu entendimento, iria ser algo muito interessante. O facto de serem pioneiros no projeto de medição daquilo que, efetivamente, era a pegada ambiental, poderia permitir vir a dar um outro passo, que já tinha sido discutido numa reunião anterior, que tinha que ver com pegar em toda a frota que a União de Freguesias tinha e perceber qual era a sua pegada ambiental e transitar para a mobilidade elétrica. Se tal viesse a acontecer, seriam a primeira União de Freguesias a fazê-lo no país. Aproveitou para agradecer ao eleito Alexandre Café o contributo que tinha tido nas discussões, quando da preparação do Orçamento para o presente ano, e aqueles estímulos eram sempre bem-vindos, porque era trabalhar, em conjunto.-----

Em seguida, a eleita **Cláudia Martins**, solicitou, relativamente aos acordos de execução e à transferência de competências, ter acesso aos relatórios que eram enviados para a Câmara Municipal, no que dizia respeito a estes temas e salientou que a CDU não era contra a transferência de competências, mas era contra a forma como esta era feita, porque sabiam que não vinha, nem com os meios financeiros, nem humanos, suficientes para que as juntas pudessem fazer o seu trabalho em condições. Acrescentou que achava inadmissível que a Câmara Municipal ainda não tivesse atualizado o salario mínimo nacional dos trabalhadores e lamentou toda a situação e salientou que, de facto, no Protocolo, os meios suficientes fossem passados, para que as juntas pudessem fazer o seu trabalho.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia**, referiu que, com a deslocação dos atos de transferência para o Estado, os relatórios tinham deixado de ser obrigatórios. Os únicos

relatórios que era obrigatório apresentar à Assembleia Municipal eram os do Contrato Interadministrativo. Nem as competências, uma vez que tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal já não eram a entidade fiscalizadora, mas sim o Governo.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** referiu que o **Ponto 2, Informação Escrita do Presidente**, era para conhecimento. Em seguida sugeriu que, uma vez que estavam presentes dois agentes da PSP e que havia dois pontos da mesma categoria, se passassem esses dois pontos a discussão, para que os senhores agentes pudessem ouvir com atenção, estando na zona de intervenção da própria PSP e, logo a seguir, retomar-se-ia exatamente no mesmo ponto em que se tinha parado, que era o ponto 3. De qualquer forma, sem com isso, abrir precedentes.-----

Ponto 08 – Alteração do regulamento de Trânsito na Rua França Borges, em Alhandra, para Aprovação

O eleito **Mário Costa** procedeu à apresentação da Alteração ao Regulamento de Trânsito.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 8, Alteração do regulamento de Trânsito na Rua França Borges, em Alhandra**, cujo foi aprovado por Unanimidade.-----

Ponto 10 – Estacionamento em frente ao Centro de Saúde de Alhandra, para Aprovação

O eleito **Mário Costa** procedeu à leitura da Proposta de Estacionamento.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 10, Estacionamento em frente ao Centro de Saúde de Alhandra**, cujo foi aprovado por Unanimidade. -----

Ponto 03 – 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2023, para Aprovação

O eleito, **Rodolfo Correia** começou por salientar que, no documento apresentado, estava o reforço de rubricas do lado da receita como do lado da despesa, para além da questão da DGAL e do Imposto Municipal de Imóveis, que representava cerca de 10 mil euros, tudo o resto era receita própria. Acrescentou que ainda tinha considerado a hipótese que tivesse sido negociado

o acordo novamente e que tivesse entrado mais verba, mas concluíra que afinal não. Concluiu que era, de facto, um Orçamento muito pequeno, que normalmente vinha o Orçamento completo, ou seja, com as notações iniciais e corrigidas, e isso ajudava a perceber o que é que comportava, no global. Mesmo a questão da Execução Orçamental ajudava a perceber que, de facto, era pouco. Iria ser muito difícil conseguir chegar ao final do ano e cobrar quarenta mil euros de publicidade, e acrescentou que faltava a Câmara Municipal dar um impulso nas contas da Junta de Freguesia. A União de Freguesias não tinha verba para fazer o trabalho que lhe competia e que as transferências, agora Centrais, que chegavam e o Executivo e a Assembleia e todas as forças políticas deviam assumir, naquela questão, porque estavam a falar do serviço que era prestado à população, e a questão era defender a população, e que a mesma estava a sofrer porque a Junta de Freguesia não tinha condições para fazer o trabalho. Aquela alteração do Orçamento simplesmente era muito pouco, e já tinham percebido que iria ser muito difícil chegar ao final do ano.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 3, 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2023**, cujo foi aprovado por maioria, com a abstenção da CDU. -----

Seguidamente, o eleito **Rodolfo Correia** apresentou uma Declaração de Voto, referindo que o Orçamento apresentado não chegava para resolver os problemas da Junta de Freguesia e era necessário ir mais longe. Concluiu que a abstenção não era um voto contra mas que, de facto, tinha que haver mais do que o apresentado.-----

Ponto 04 – 2ª Alteração Modificativa do PPI – Plano Plurianual de Investimento Retificado, para Aprovação

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu que o documento apresentado decorria do anterior, uma vez que, era necessário dar um destino ao dinheiro que entrava e, no fundo era o que estava apresentado. Tinha em crer que até a casa de banho para pessoas com mobilidade reduzida, no espaço do cidadão, estava descrito. Salientou que significava que tinha vindo a ser feito um tremendo esforço, do ponto de vista das grandes empresas da publicidade, para recuperar as receitas e, na verdade, estava a dar resultado, mas mesmo assim, no ponto de vista da ocupação da via pública, o grau de execução estaria perto dos 90%, mas ainda havia muitos com os quais tinham vindo a ter algumas dificuldades. Esclareceu que, anteriormente, a Lei focava-se muito em como é que o dinheiro era gasto, mas atualmente, por causa da corrupção, havia uma obrigação de ver se a receita estava a ser resgatada onde se devia, porque a corrupção também podia ser feita dessa forma. E a ocupação de via pública era difícilíssima, seria necessário ter uma pessoa a tempo inteiro só para ver quem é que tinha posto o

andaime, quem é que tinha posto o contentor, porque o que acontecia era que tinha que se “procurar” o dinheiro.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 4, 2ª Alteração Modificativa do PPI – Plano Plurianual de Investimento Retificado**, cujo foi aprovado por maioria, com a abstenção da CDU. -----

Ponto 05 – Protocolo com a Autoridade Tributária, para Aprovação

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** começou por esclarecer que a Junta de Freguesia de Alhandra era a única do Concelho de Vila Franca de Xira que não tinha aquele Protocolo e que todas as outras já tinham, dos mandatos anteriores. Acrescentou que ainda tinham dado o benefício da dúvida, conversando com as pessoas, mas que iriam ter que reportar à Autoridade Tributaria. Salientou que o processo tinha um conjunto de requisitos que tinham que ser preenchidos, quando a pessoa não estava a pagar a ocupação da via pública. Referiu que, passando para as Finanças, as coimas seriam muito altas e que se tinha tentado evitar tomar essas medidas, mas tinham chegado à conclusão que tinham que o fazer, porque o resultado era aquele que já tinha sido exposto. As grandes empresas que tinham os monopostos junto à autoestrada, tinham peso no orçamento e eram aquelas que não estavam a pagar. Salientou que aquelas medidas não estavam a ser tomadas por causa do pequeno comerciante de rua com uma pequena publicidade. Acrescentou ainda que o objetivo da Junta de Freguesia era ir atrás das grandes empresas que tinham peso e ainda agora se tinha falado de 11 mil euros que tinham ido recuperar só com aquele “fantasma” e por isso aquela ferramenta fazia falta, mas que iam ser moderados no sentido de a utilizar. Uma pessoa que não tivesse pago um ossário de nove euros, não iria ser reportado às Finanças.-----

Em seguida, a eleita **Cláudia Martins**, começou por referir exatamente que era do conhecimento publico que a maior parte das freguesias do Concelho já tinham aquele Protocolo assinado. Colocou a questão da datação do Protocolo, que era de 14 de Agosto, e que não podia estar assinado sem ser aprovado em Assembleia de Freguesia.-----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** esclareceu que tinham que cumprir os requisitos e todas as exigências da parte das Finanças. Como ele nunca tinha feito assinatura digital, tinha sido obrigado a tratar disso, porque nos assuntos com o Governo, não havia assinaturas manuais, tinha que ser com a assinatura digital. Acrescentou que aquele documento, apesar de ter a assinatura digital, ainda não tinha sido entregue.-----

Seguidamente, o eleito **José Rodrigues** referiu que a bancada do PS estava completamente de acordo com aquele esforço da Junta de Freguesia em fazer cumprir a Lei e, naquele caso, era

necessário ter um mecanismo ao seu dispor para que pudesse obrigar os prevaricadores a cumprir as suas obrigações e, uma vez que realmente o Orçamento já era tão escasso, a Junta de Freguesia iria conseguir cumprir as suas obrigações cada vez com mais dificuldade. Naturalmente que viam com muito bons olhos mais aquela ferramenta ao dispor da Junta para poder arrecadar mais receita.-----

Em seguida, o eleito **Mário Costa** referiu a questão da publicidade, relativamente às previsões iniciais, e que a Junta de Freguesia tinha conseguido arrecadar mais 70%, o que era bastante significativo. Concretamente, em relação àquele ponto, referiu que a bancada do CDS estava perfeitamente de acordo, aliás tinha tido oportunidade de falar com o senhor Tesoureiro, relativamente aquele assunto, porque o que era devido era devido e faziam muitíssimo bem.-----

Seguidamente, o eleito **Alexandre Café** referiu que a bancada do BE também estava de acordo, querendo apenas ressaltar que, uma coisa eram as grandes empresas, outra coisa era um particular, que não podia, por exemplo, pagar um ossário e que, naquele momento estava um Executivo, que podia ter essa sensibilidade social e futuramente não se sabia que Executivo poderia vir e, nesse aspeto havia alguma preocupação. No entanto achava que, aquele exemplo que tinha sido dado com a publicidade, era a prova que eram as grandes empresas que fugiam grandemente.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 5, Protocolo com a Autoridade Tributária**, cujo foi aprovado por unanimidade.-----

Ponto 06 – Protocolo de Instalação e Funcionamento do Espaço Cidadão, para Aprovação

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** referiu que, no seu entender, a apresentação estava feita no próprio conteúdo do texto que era proforma, como o Governo mandava, e que não podia ser alterada qualquer alínea. Ou era assinado e aceite como estava ou não era aceite. O objetivo que estava manifesto, não era a Junta de Freguesia ter receita. Os haveres para a Junta eram poucos, era mesmo ter alguma qualidade de serviço com uma população cada vez mais envelhecida e com poucos conhecimentos do ponto de vista digital. No Espaço Cidadão, que era um serviço prestado pela Junta de Freguesia, e achavam que era uma mais-valia para a União de Freguesias, sendo que estava em Alhandra.-----

Seguidamente, a eleita **Cláudia Martins**, referiu, relativamente ao Protocolo, que tinham uma serie de questões e preocupações, mas que iriam votar a favor porque também achavam que, para a população, iria ser uma ferramenta importante e as pessoas escusavam de se deslocar a Alverca ou a Vila Franca de Xira. O Governo mandava, quando o Governo mandava era sabido que apertava, porque aquilo que se via naquele Protocolo, era que as obrigações eram todas

para a Junta de Freguesia e poucas ou nenhuma para a AMA, relativamente à compra do equipamento, ao aluguer do espaço, aos trabalhadores e que, no Protocolo se referiam aos trabalhadores como mediadores. Referia aquela preocupação e, até nos planos que tinham vindo a ver para trás, do garrote financeiro para a Junta de Freguesia e, se de facto a Junta conseguiria dar corpo àquele Protocolo sem prejudicar outras rúbricas que eram necessárias para o bom funcionamento da União de Freguesias. Já tinham percebido que a nível de contrapartida financeira seria pouca ou nenhuma, no Protocolo isso não era claro, e estavam a tentar perceber. Questionou ainda relativamente ao quadro de pessoal, se iria haver alguma alteração ou não. Tinham conhecimento que não iria ser colocado mais nenhum trabalhador, mas questionou se iria estar algum alocado só ao Espaço Cidadão e se essa situação não iria causar prejuízo à Junta, ou ao próprio trabalhador porque iria ter mais tarefas para cumprir.-----

Em seguida, o eleito **Mário Costa** referiu que o Protocolo apresentado era igual para todos e que era importante porque trazia mais serviços, e serviços de mais proximidade para a população, que era bastante importante, e trazia também a possibilidade de combate à iliteracia digital da população. Era garantido, através de um atendimento digital assistido, e que qualquer passo que se desse nesse sentido era importante, principalmente numa zona em que havia muita gente mais idosa e que teriam dificuldade em aceder digitalmente. Concluiu que iriam aprovar o protocolo apresentado.-----

Seguidamente, o eleito **João Vendrell** referiu que era com grande agrado que via a instalação daqueles serviços, e que, no seu entender, seria um grande benefício para a população. Relativamente ao pessoal, era logico que tinha que haver uma gestão de pessoal muito bem-feita para que não se prejudicasse o funcionamento da própria Junta de Freguesia e realmente aquilo que a bancada do CDS tinha dito também era verdade, era algo importante para ajudar as pessoas e um combate à iliteracia digital que afetava muito a população. Concluiu que votariam a favor.-----

Em seguida, o eleito **Alexandre Café** referiu que achava que era um serviço que era importante que estivesse ao dispor da população, até para evitar a deslocação para outros locais, para ir tratar daqueles assuntos.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 6, Protocolo de Instalação e Funcionamento do Espaço Cidadão**, cujo foi aprovado por unanimidade.-----

Ponto 07 – Regulamento de Trânsito de Terraços da Encosta e Bairro de São João, para Aprovação

Ponto 09 – Alteração de Trânsito de Trancoso, para Aprovação

O eleito **Mário Costa** procedeu à leitura das duas propostas de alteração de trânsito.-----

-

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 7, Regulamento de Trânsito de Terraços da Encosta e Bairro de São João**, e do **Ponto 9, Alteração de Trânsito de Trancoso**, cujos foram aprovados por unanimidade.-----

Ponto 11 – Criação do Fórum Jovem da Freguesia, para Aprovação

O Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** esclareceu que aquele fora um projeto que, inicialmente, tinha começado a ser apresentado na última Assembleia de Freguesia, e que tinha sido retirado para se tornar ponto e ser feito efetivamente um enquadramento daquilo que se estava a pensar. Acrescentou que era um projeto do BE e do PSD.-----

A Primeira Secretária, **Sónia Oliveira**, procedeu à leitura do documento.-----

A eleita **Cláudia Martins**, sugeriu que o presente ponto fosse retirado e passasse para uma próxima Assembleia de Freguesia, em virtude de haver uma serie de questões que eram relevantes e que não constavam no documento. No seu entendimento, este estava pobre e confuso, não tirando o mérito e o trabalho que tinha sido feito, mas questionou de que forma é que se iriam criar aqueles grupos de jovens. Como iriam ser escolhidos e de que forma é que se iriam realizar aquelas reuniões e com que periodicidade. Concluiu que havia uma serie de questões que deveriam estar presentes e que deixava um hiato de algo que não estava bem explicito e que pudesse ser um documento de facto com propostas de todas as forças politicas, o que, no seu entender, acreditava que todas as bancadas teriam algo a dizer e a enriquecer aquele documento.-----

Seguidamente, a eleita **Vanda Alvega** referiu que também a bancada do PS considerava que não estava um texto muito esclarecedor e, com todo o mérito à bancada do BE por esta iniciativa e do PSD, pela ajuda, não sendo um ponto, provavelmente todas as bancadas poderiam dar sugestões e provavelmente elaborar um documento muito mais rico e muito mais apelativo para ser discutido e para ser analisado e aprovado.-----

Em seguida, o eleito **Mário Costa** referiu que quando tinha visto aquele ponto colocado na Ordem do Dia, tinha ficado curioso de o conhecer, porque tinha solicitado na Assembleia

anterior, ao eleito Alexandre Café, para retirar o ponto. Posteriormente, aquela proposta tinha juntado dois partidos, BE e PSD e era de facto interessante mas, no seu entender, merecia alguns comentários e algumas alterações, feitas ali ou feitas à posterior, mas seria melhor numa próxima Assembleia. Uma das questões era o grupo de jovens a que se destinava e depois era o conflito entre jovens moradores na União de Freguesias e os alunos da Escola Soeiro Pereira Gomes, a Sociedade Euterpe Alhandrense. Ou era para todos ou não era para ninguém. Em seguida, comentou que pensava que o documento seria uma espécie de um Regulamento, mas não era assim. Estava como um projeto e, era nesse contexto também, que havia algumas alterações a ser revistas. Acrescentou ainda que, se fosse dinamizado, e se era com base numa espécie de uma assembleia, como o próprio título indicava, deveria ser dinamizado pela própria Assembleia de Freguesia e o Executivo da Junta de Freguesia, deveria apoiar na execução. Concluiu que o projeto como estava, a ser votado na presente Assembleia, teriam que ser retiradas algumas coisas que já tinham sido frisadas. Sugeriu que considerassem essas alterações.-----

Seguidamente, o eleito **Oswaldo Pires** frisou que, quando ele e o eleito **Alexandre Café** se tinham reunido para elaborar aquele projeto, a ideia não era elaborar um Regulamento, era dar apenas uns tópicos, porque, paralelamente aquilo que existia na Assembleia Municipal Jovem, era a Câmara Municipal, a executar. A Assembleia Municipal, efetivamente, ia estando por dentro mas não eram eles que executavam. Acrescentou ainda que a ideia não era, de todo, um Regulamento, eram apenas uns tópicos daquilo que se pretendia. O objetivo era chamar os jovens que moravam na freguesia, mas também os que passavam parte do dia ali, ou seja, os alunos, quem estava nas associações, e não via mal nenhum em que se corrigisse o português para que fosse mais claro. Referiu que, como vinha da Assembleia anterior, o BE e o PSD tinham tido uma ideia e tinham acabado por se juntar para elaborar um projeto, no entanto, não via mal em que as Forças Políticas pudessem enriquecer o projeto com novas ideias. Concluiu que todas as boas ideias seriam bem-vindas.-----

Em seguida, o eleito **Alexandre Café** referiu que realmente o texto não estava muito claro mas o projeto seria para todos os jovens que viviam na freguesia e também para aqueles que tinham as suas atividades ali. Da parte dele, não existia problema algum em que todas as bancadas contribuíssem com ideias, e que passasse a ser um documento da Assembleia de Freguesia, e que se pudesse melhorar. Relativamente ao que já se tinha passado na Assembleia anterior, quando tinha sido feita a proposta, a finalidade era o projeto ser iniciado quando se iniciasse o ano letivo. Era óbvio que iria atrasar um pouco mais, porque já iria para a Assembleia de Dezembro mas, apesar de tudo, também preferia que fosse um documento mais bem elaborado, mais claro porque, como estava, não teria condições de ser aprovado. Na sua opinião, não tinha problemas em retirar o ponto e esperar pelos contributos das restantes bancadas e que passasse a ser um documento da Assembleia de Freguesia. Agora estaria dependente da opinião do eleito **Oswaldo Pires**.-----

Seguidamente, o eleito **Oswaldo Pires** sugeriu que se mantivessem os tópicos do projeto e serem aprovados apenas como ideia e posteriormente ser elaborado um Regulamento, entre todos. Mais uma vez frisou que aquele documento não era um Regulamento, eram apenas tópicos. Acrescentou que se esperassem até Dezembro, iria atrasar em relação ao ano letivo e se começassem a elaborar o documento de imediato, em Dezembro já teriam avançado com reuniões com as escolas e associações, para o projeto poder arrancar em Janeiro.-----

Em seguida, o eleito **Alexandre Café** referiu que não iria adiantar muito, uma vez que se iria estar a aprovar um documento, que depois não poderia avançar, porque não havia um Regulamento. Colocou uma questão a todas as bancadas relativamente a que Comissão iria estar agregada a elaboração do documento, se a Comissão Permanente, ou alguma comissão específica que houvesse.-----

Seguidamente, a eleita **Cláudia Martins** referiu que, relativamente à proposta colocada, era seu entendimento, que não poderia avançar sem protocolo. Sugeriu que houvesse aprovação para a criação de um grupo de trabalho para completar e formalizar aquele documento e então dar-se-ia andamento ao projeto. Acrescentou ainda que aquele era um documento com importância e que era preferível fazer as coisas corretamente e depois arrancar com algo mais consistente do que aquilo que estava a ser apresentado.-----

Em seguida, a eleita **Vanda Alvega** sugeriu que se seguisse a proposta da CDU e que o ponto fosse retirado e que o mesmo fosse elaborado com maior precisão. Acrescentou que o mesmo poderia ser feito em Comissão Permanente ou criar um grupo de trabalho para tal.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** retirou o **ponto 11 - Criação do Fórum Jovem da Freguesia** e ficou adiado para a próxima Assembleia de Freguesia, sendo que a Comissão Permanente depois se encarregaria de elaborar o resto do documento.-----

O eleito **João Vendrell** salientou que, dada a especificidade do documento, talvez fosse boa ideia verificar a necessidade de criar uma comissão para aquele assunto.-----

Ponto 12 – Alteração do Regimento, para Aprovação

O Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** referiu que o Regimento tinha sido analisado novamente em Comissão Permanente, tinham sido retificados pormenores de datas que chocavam umas com as outras, e que todas as bancadas tinham tido a oportunidade de ver e passar a informação.-----

Em seguida, o eleito **Rodolfo Correia** referiu que tinha conhecimento que os tempos das bancadas não tinham sido alvo de correção, mas quis salientar a disponibilidade do Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** manifestada na condução dos trabalhos relativamente aos tempos, e congratulou pelo facto.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 12, Alteração do Regimento**, cujo foi aprovados por unanimidade.-----

-

Seguiu-se a apresentação do **“Voto de Pesar”**, do PS-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 13.01 – “Voto de Pesar”, PS**, cujo foi aprovado por unanimidade, tendo sido feito um minuto de silêncio, no final da sessão.-----

Seguiu-se a apresentação da moção da CDU, **“Habitação”** -----

Em seguida, o eleito **Alexandre Café** salientou que o BE estava completamente de acordo com a moção. Era uma moção para o Governo, mas tinha dúvidas que tivesse eco, no entanto, era seu entendimento que deveria ser colocada em todas as Assembleias de Freguesia e também gostaria de reforçar o apelo para a manifestação de sábado, dia 30 de setembro, na Alameda. Iria ser uma manifestação de vários coletivos, não era uma manifestação sequer partidária, era uma manifestação pelo direito à habitação, que cada vez estava mais esquecido e salientou que era um direito da Constituição e do 25 de Abril, porque realmente tinha havido uma grande luta pela habitação. Referiu ainda que, na atualidade, era incomportável para as pessoas, com os salários que tinham, pagarem uma casa. Acrescentou que um país assim nessas condições não era um país viável, uma juventude assim não era uma juventude emancipada, e mesmo pessoas de outras idades tinham dificuldade em arranjar uma habitação condigna, a preços que pudessem pagar. Concluiu que era um problema e não eram as medidas do Governo que estavam a resolvê-lo.-----

Seguidamente, o eleito **Mário Costa** começou por esclarecer que a sua intervenção iria ser uma Declaração de Voto. Referiu que iria pegar em duas palavras referidas pelo eleito **Alexandre Café**, relativamente ao direito esquecido. Era de facto esquecido e, principalmente, por toda a esquerda. Fazia trinta anos que celebravam o Plano Especial de Reajustamento, inaugurado pelo Governo do Professor Cavaco Silva, que tinha eliminado milhares de barracas na área metropolitana de Lisboa. Após tal, quer na geringonça, quer em várias câmaras, incluindo na Câmara Municipal de Lisboa, no tempo da gestão de António Costa e no tempo da gestão de

Fernando Medina, que tinha sido apoiada por toda a esquerda, onde se tinham construído, em média, 17 habitações por ano, algo irrisório. Relativamente à moção em concreto, referiu que era um problema que precisava de uma resposta coerente e eficaz, em todo o território nacional, a começar por aquilo que se chamava o “zonamento”, ou seja, alargar as áreas urbanas para a construção. Acrescentou ainda que, relativamente à moção em concreto, referia, e bem, o aumento automático da inflação considerada ao mês de Agosto, que rondava os 7%, e era apresentada exigência de 0,43%, nem chegava a meio por cento, mas a própria Associação dos Proprietários, também considerava que o valor apontado para esse ano era desajustado e que, devido à realidade, os preços da guerra, a inflação, estava a apresentar soluções alternativas, no entanto era de salientar que essa alternativa dos 0,43% era absolutamente irreal para fazer manutenção, conservação ou regeneração de qualquer habitação face aos atuais custos dos materiais. Concluiu que, na parte final onde faziam um apelo à manifestação, o CDS não acompanhava de forma alguma e iria votar contra.-----

Em seguida, o eleito **Oswaldo Pires** começou por esclarecer que também a sua intervenção iria ser uma Declaração de Voto. Referiu que, da parte do PSD, iriam votar contra porque aquela não era uma discussão para uma Assembleia de Freguesia, mas para um órgão superior, além de que, o mesmo partido que votava contra a redução de IMI para os jovens, era aquele que vinha falar sobre a falta de habitação. Salientou que a proposta apresentada era uma proposta muito generalista e mais direcionada para o Estado Central e não seria algo imediato para a freguesia e para os jovens. Relativamente à redução do IMI, ao apoio à aquisição de casas, já seria algo que poderia ser feito através da Assembleia. Concluiu que, por essas questões, o PSD votaria contra.-----

Em seguida, a eleita **Cláudia Martins** salientou que, em 2012, aquando da chamada Lei Cristas, que tinha aumentado exponencialmente os despejos, e que tinha acompanhado a Legislação de benefícios fiscais de incentivo à especulação imobiliária na liberalização dos alojamentos locais, dos vistos Gold, do regime fiscal. Na Assembleia da República, a CDU tinha vindo a colocar inúmeras propostas para que o Governo pudesse fazer jus àquilo que estava colocado na Constituição da República Portuguesa, porque o que se tinha visto, como já tinha sido dito, era uma Lei que estava esquecida. Acrescentou que era do seu conhecimento que não era a Junta de Freguesia que iria resolver aquele problema, mas na União de Freguesias viviam cerca de quinze mil pessoas, muitas delas a entregar casas ao banco, portanto eles eram eleitos da União de Freguesias, daquelas quinze mil pessoas, pessoas que queriam ali comprar as suas casas e que não podiam, pessoas que não conseguiam alugar as suas casas e pessoas que estavam a ser obrigadas a viver conjuntamente com outras famílias e pessoas trabalhadoras, que não conseguiam pagar as suas habitações. Concluiu que aquela situação tinha que parar.---

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação do **Ponto 13.02 – “Habitação”, CDU**, cujo foi aprovado com cinco votos a favor da CDU e do BE, abstenção do PS e dois votos contra do CNG e do CDS.-----

Seguidamente, o eleito **João Vendrell** apresentou Declaração de Voto, referindo que a mesma era porque tudo aquilo que tinha sido dito, era realmente verdade. A situação estava muito grave na freguesia e que se iriam começar a notar diversos problemas relacionados com a mesma, no entanto, no seu entender, o documento não estava bem elaborado porque era um documento geral e dava a sensação que não era exatamente para a Assembleia de Freguesia. Acrescentou ainda que achava importante tudo aquilo que estava dito e, o ponto focado naquela moção era muito importante e tinha muita influência na freguesia. Apelou a todos que estivessem no dia 30 e que manifestassem o seu desagrado pela situação que se estava a viver no país.-----

Seguiu-se a apresentação da moção do CDS, “**Vídeo Promocional da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz**” -----

Em seguida, o eleito **Alexandre Café** referiu que concordava com a moção e congratulou a bancada do CDS. Salientou que, no seu entender, tinha utilidade e que era algo para dinamizar a freguesia e até a criatividade dos jovens.-----

Seguidamente, o eleito **Rodolfo Correia** referiu que a bancada da CDU estava de acordo com a moção e que nada tinham a acrescentar. Apenas salientou que não deveria ser limitativa à idade, porque se estava a falar do Património Histórico e Cultural, e que muitos dos jovens de 16 anos não conheciam, e era preciso ter pessoas com mais idade a participar, aberto a residentes na União de Freguesias de Alhandra e sem os limites de idade.-----

Em seguida, o eleito **José Rodrigues** referiu que, da parte da bancada do PS viam com agrado também aquela moção, e que iriam votar naturalmente a favor, apesar de atualmente já haver muita informação disponível na internet, no entanto era pertinente e fazia sentido de facto haver um vídeo institucional que abordasse os vários aspetos patrimoniais da União de Freguesias, deixando eventualmente também ao Executivo da Junta de Freguesia acrescentar alguma ideia no que se referia a alguma forma de permear aquele trabalho, não falando, naturalmente, em questões monetárias, uma vez que o Orçamento da Junta de Freguesia estava limitado, mas haver alguma motivação para que houvesse sucesso e que o trabalho efetuado fosse de facto de qualidade para promover o território.-----

Seguidamente, o eleito **Mário Costa** referiu estar de acordo com a sugestão da CDU, e que realmente tinha elaborado aquela moção a pensar nos jovens porque eram aqueles que existiam em maior número e isso era importante. Em relação ao concurso, poder-se-ia pensar num trofeu ou simplesmente aparecer nas redes sociais da Junta de Freguesia, o que já seria um trofeu.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação da Moção “**Vídeo Promocional da União de Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz**”, cuja foi aprovada por unanimidade, com a alteração da questão da idade.-----

Seguiu-se a apresentação da Proposta do CDS, “**Alteração do Regulamento de Atribuição de Galardões de Mérito**” -----

Em seguida, o eleito **João Vendrell** referiu estar de acordo porque achava importante e acrescentou que a bancada do PS sugeria criar um galardão para premiar os anti ambiente e entregar à EPAL, uma vez que davam a justificação que não era lucrativo resolver esses problemas, o que considerava, no mínimo, ridículo. Nesse ponto, seriam os indicados para receber o prémio.-----

Seguidamente, o eleito **Alexandre Café** referiu estar completamente de acordo com a proposta apresentada pelo CDS sugerindo apenas uma pequena alteração ao texto, na parte “ individual ou coletiva, retirar o “ou”, e substituir por “e”.-----

Em seguida, o eleito **Mário Costa** frisou que o que estava a apresentar não era uma moção, mas sim uma proposta de alteração.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu início à votação da Proposta “**Alteração do Regulamento de atribuição de Galardões de Mérito**”, cuja foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** e todos os presentes, reservaram um minuto de silêncio pelo **Voto de Pesar, do PS**.-----

Em seguida, a senhora **Secretária da Assembleia de Freguesia** procedeu à leitura da Ata em Minuta, cuja foi aprovada por unanimidade.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e dois minutos, da mesma foi lavrada esta ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelo **Senhor Presidente da Mesa**.-----

Substituições:

Eleito Substituído:	Substituído por:	Bancada
Sara Fernandes	Carlos Prazeres	CDU

Alhandra, 26 de Setembro de 2023

Assinado por: **LUÍS OSVALDO CORRENTE PIRES**
Num. de Identificação: 08994112
Data: 2024.01.05 12:24:35+00'00'

O Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias

1ª Secretária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias

2ª Secretária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias



VOTO DE PESAR

A Bancada do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Alhandra S.João dos Montes e Calhandriz vem apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento de Rogério Victor dos Santos D`Avelar e de Augusto Eduardo da Costa Sacadura.

Rogério Victor dos Santos D`Avelar foi presidente da junta da Calhandriz por dois mandatos, de 1997 a 2001 e de 2001 a 2005 eleito pelo PS. Foi um autarca preocupado com o futuro da sua freguesia, sendo um homem de causas destaca-se a sua vertente social e humanitária, que merece um profundo respeito e admiração de todos sendo de referenciar que nos seus mandatos houve sempre mulheres nos seus executivos.

Augusto Eduardo da Costa Sacadura, foi um homem de convicções, temos de referir a sua dedicação á historia da freguesia de Alhandra e a toda a sua intervenção cívica, tanto como dirigente da Sociedade Euterpe Alhandrense como dos Bombeiros de Alhandra fazendo também parte da direção da Casa Museu Sousa Martins e do Alhandra Sporting Clube. De enaltecer o excelente trabalho da toponímia, a identificação de ruas e historia de Alhandra que se cruza com S. João dos Montes. Foi galardoado pela União de Freguesias em 2016. Homem de actividade intensa esteve desde sempre ligado á evolução da Freguesia de Alhandra tendo exercido o cargo de tesoureiro e vogal da Freguesia de Alhandra pela APU tendo também feito parte da primeira assembleia geral da “Ar Puro” entre muitas outras intervenções cívicas .

Pelo percurso, empenhamento na comunidade e exemplo de vida merecem o nosso reconhecimento e propomos que esta Assembleia de Freguesia delibere:

- Aprovar o presente “VOTO DE PESAR”
- Manifestar ás famílias enlutadas as mais sentidas condolências transmitindo-lhes o teor deste “VOTO DE PESAR”
- Observar um minuto de silencio em sua homenagem

Bancada do Partido Socialista

Cotovios 26 de setembro de 2023

Moção

Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação

Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública. Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias.

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, procurando remeter para esta a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que a Junta de Freguesia, e em particular a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, é chamada a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assumpção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

Assim, os eleitos da Assembleia das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, na sua sessão ordinária do dia 26 de Setembro 2023, deliberam:

- Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das



taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;

- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;

- Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município de Vila Franca de Xira, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;

- Apelar à participação da população nas acções convocadas para o próximo dia 30 de Setembro em defesa do direito à Habitação, pelas 15h00, na Alameda.

Cotovios, 26 de setembro de 2023

Os Eleitos pela CDU na Assembleia de Freguesias de Alhandra, São dos Montes e Calhandriz



Moção

Vídeo Promocional da União de Freguesias de Alhandra, S. João dos Montes e Calhandriz

A diversidade dos territórios, que compõem a União de Freguesias de Alhandra, S. João dos Montes e Calhandriz são visíveis no espaço geográfico, através da paisagem urbana e da paisagem rural, que também retratam vivências próprias de cada lugar.

No entanto a magnificência do património histórico e cultural, que atravessa todo o território constitui um traço de união, que vai do rio Tejo, aos moinhos e aos montes, constituindo uma identidade histórica e cultural própria , um alicerce de coesão social.

Considerando , que da história, ao património , da cultura, às artes, da religiosidade, ao desporto , da economia às vivências tradicionais, esta diversidade espalhada pelo território, unida assume uma grandeza material e imaterial, que tem merecimento para ser cada vez mais divulgada.

Face ao exposto propõe-se, que a Junta de Freguesia promova um concurso para a criação de um vídeo promocional demonstrativo do património histórico e cultural , mas também divulgador das artes e do desporto , das tradições e das paisagens, das vivências e da economia, assim como da gastronomia local.

Um vídeo promocional, como instrumento de divulgação da enorme beleza e do potencial da União de Freguesias de Alhandra, João dos Montes e Calhandriz, com o propósito de ser exposto nas redes sociais da Junta de Freguesia.

Um concurso de vídeo, aberto a jovens dos 16 aos 35 anos residentes na União de Freguesias de Alhandra, S. João dos Montes e Calhandriz .

Cotovios 26 de Setembro de 2023

Mário Costa - Eleito de Freguesia CDS-PP



Proposta de Alteração

Regulamento de Atribuição de Galardões de Mérito

As alterações climáticas são uma realidade evidente e sentidas pelas populações das mais diversas maneiras. Quer pelos eventos atmosféricos de grande intensidade, que assolam regiões causando perturbações violentas na vida das comunidades com danos diversos, mas também com a redução de culturas agrícolas, o aumento da área de seca, as vagas de calor, os fogos florestais, a diminuição da biodiversidade com consequente desequilíbrio nos ecossistemas, entre outras consequências devido às alterações climáticas.

Face ao que se observa, é tempo de agir de forma mais eficaz na defesa do meio ambiente onde vivemos, e para tal é determinante a acção individual ou colectiva.

Considerando, que se deve destacar quem de forma relevante tenha contribuído para a conservação e defesa da natureza e protecção do meio ambiente no nosso território. Até como exemplo e incentivo à participação na defesa do ambiente e no combate às alterações climáticas.

Assim propõe-se uma nova placa de mérito a acrescentar às que figuram no Artigo 1º do Regulamento de Atribuição dos Galardões de Mérito, designada de;

Placa de Mérito Ambiental destinada a galardoar pessoas singulares ou colectivas, que pelas suas acções ou actividade desenvolvida tenham contribuído de forma relevante para a conservação e defesa da natureza e protecção do meio ambiente no nosso território e no combate às alterações climáticas.

Cotovios 26 de Setembro de 2023

Mário Costa

Eleito de Freguesia CDS-PP